



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO
QUADRIÉNIO DE 2013/2017**

ATA NÚMERO VINTE E TRÊS

----- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSETE.

----- Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e dezassete, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme ponto 1 do artigo 27º da Lei número 75/2013 de 12 de Setembro, com a seguinte ordem de trabalhos. --

----- Ponto Um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Um Ponto Um) – Leitura resumida do expediente. -----

----- Ponto Um Ponto Dois) – Apreciação e votação das atas das sessões de três de abril e vinte e cinco de abril de dois mil e dezassete. -----

----- Ponto Um Ponto Três) - Período para Intervenções.-----

----- Ponto Dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Dois Ponto Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à actividade municipal. -----

----- Ponto Dois Ponto Dois) – Apreciação e Votação da Modificação número:10 Revisão ao Orçamento da Despesa número 3 do ano contabilístico de 2017. -----

----- Ponto Dois Ponto Três) – Apreciação e votação da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício do ano de 2016. -----

----- Ponto Dois Ponto Quatro) – Apreciação e votação do Projeto de Regulamento do Arquivo Municipal de Vimioso. -----

----- Ponto Dois Ponto Cinco) – Apreciação e votação do pedido de certidão da declaração do Reconhecimento de interesse público municipal na regularização da actividade pecuária – António Rodrigues de Sá Morais. --

----- Ponto Dois Ponto Seis) – Outros assuntos de interesse para o Município. -----

----- **Ponto Três) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

----- Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, foi dado início à sessão. O senhor segundo secretário verificou as presenças. Estiveram presentes: José Baptista Rodrigues, Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes, José António Cerqueira da Costa Moreira, Serafim dos Santos Fernandes João, Carlos Manuel Ataíde Fernandes, Manuel Fernandes Oliveira, José Carlos Vaz Gonçalves, António Emílio Dias, Aníbal Alves do Rosário, José Manuel Grando Afonso, Manuel João Ratão Português, Maria Merênciã R. Rodrigues Machado, André Fernandes Ramos, Sandra Manuela Carvalho Vila, José António Vara Freire, Luís Manuel Tomé Fernandes, José Manuel Miranda, Manuel João Fernandes Preto, António dos Santos João Vaz, Natalina Neves Pires, Carlos Manuel Pinto de Oliveira, José António Ramos Fernandes, Aníbal Augusto João Delgado, José Manuel Alves Ventura. Faltou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Matela, Hélder Domingos Ramos Pais. -----

----- Estiveram presentes, de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de janeiro, o Senhor Presidente da Câmara António Jorge Fidalgo Martins, e os senhores vereadores; António Augusto Torrão Vaz e Heleno da Costa Simões. -----

----- **Ponto Um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Um Ponto Um) – Leitura resumida do expediente.** -----

----- Pelo senhor segundo secretário, foi dado conhecimento da correspondência recebida desde a última Assembleia. -----

----- **Ponto Um Ponto Dois) – Apreciação e votação das atas das sessões de três de abril e vinte e cinco de abril de dois mil e dezassete.** -----

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia foram referidas algumas correções a introduzir na ata. Colocada à votação, a ata número vinte e um foi aprovada por unanimidade. Ata número vinte e dois foi aprovada por unanimidade.--

----- **Ponto Um Ponto Três) – Período para intervenções.** -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Serafim João. Disse: “A minha intervenção neste período ou neste ponto era apenas para propor a esta Assembleia um voto de pesar e um minuto de silêncio pelas vítimas dos incêndios que decorreram em Pedrógão Grande e Castanheira de Pera e outras localidades limítrofes, incêndios esses que causaram inúmeras vítimas. -----

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia, foi colocado o voto de pesar à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Fez-se um minuto de silêncio. -

----- Usou da palavra a senhora deputada Maria Merênciã Machado. Disse: “Tenho uma questão que não sei bem se a hei-de dirigir à Câmara Municipal se à União de Freguesias de Caçarelhos e Angueira. Começo por dar os parabéns pela quantidade de obras feitas em Angueira, calcetamento de ruas, não outro tipo de obras, por ventura até mais necessárias talvez. Deve ser uma das aldeias do país que, em média, terá mais paralelos por metro quadrado, os animais não sei se gostarão assim tanto! Tantos paralelos deve ser uma agressividade para eles. Digo isto porquê? Porque foram calcetadas todas as entradas de currais, estábulos, galinheiros tudo, todas as ruas, ruelas, todas exceto metade de uma, de uma determinada rua bem no centro da aldeia, uma rua de passagem, muita gente as pessoas que vêm, muita gente não porque em Angueira já há pouca gente, mas as pessoas que vêm do cimo da aldeia à missa por exemplo, ou que se dirigem para a saída passam por aquela rua. É também a parte da rua que ficou por calcetar que tem casas, porque a outra serve mais propriamente as hortas do que casas. É precisamente a rua onde eu cresci, onde viveu o meu pai, que foi talvez a pessoa que durante mais tempo serviu a aldeia, e posso dizê-lo com toda a confiança, ninguém me desmentirá, quer através da junta de freguesia, quer através de outras instituições nomeadamente a comissão fabriqueira, e até a título individual. Algumas das casas que ali estão, nomeadamente as nossas, não estando habitadas diariamente pagam IMI como as outras, pagam à EDP, pagam água à câmara municipal de Vimioso que não consomem, isto é, cumprem todas as regras, e há ainda duas famílias residentes diariamente, deveriam ter os mesmos direitos que todos os outros, mas pelos vistos não têm. Por coincidência, uma delas é a mãe do candidato do PS à câmara municipal, e há muita gente a interrogar-se sobre o motivo de tal discriminação. Houve pessoas que, mesmo não sendo de lá, que tiraram fotografias e as publicaram nas redes sociais acompanhadas dessa pergunta, o porquê daquela aberração, o que levou a múltiplos comentários todos no mesmo sentido. Circula uma justificação que é de vir a ser removido o entulho de uma casa em ruínas pertença da câmara municipal ali existente. Mas não, desculpem não cabe essa explicação, não menosprezem a nossa inteligência, porque o camião que vier a retirar esse entulho, nunca sairá pela

rua em questão, nunca, isso garanto eu, uma rua estreita inclinada, tendo duas outras frentes viradas para a saída da aldeia. O camião não vai ficar ali, vai ficar do outro lado. Posto isto só se vê um motivo muito evidente, a escolha política dos moradores, dos anteriores, dos atuais, pois é, custou muito mas mesmo muito ao PSD conquistar a junta de freguesia de Angueira, e ironicamente só o conseguiu depois de deixar de ser freguesia, e agora aí está a vingancinha a ser servida. Acredito que uma atitude destas, no meio de uma obra daquela magnitude deixar um pedaço de rua que não chega a oitenta metros, serão alguns cinquenta ou sessenta, bem no centro da aldeia, um local de passagem com tudo calçetado à volta, sem o mesmo direito, só porque os responsáveis assim o determinaram. É uma atitude, não quero acreditar que essa atitude seja da câmara municipal, por isso pergunto, afinal quem pagou aquela obra? Foi a junta de freguesia com o dinheiro da escola que venderam, que não chegaria de certeza, ou a câmara municipal? É essa a pergunta que deixo, de qualquer maneira a câmara será sempre responsável. Portanto, gostava de ter respostas para isto, que vissem bem a discriminação que estão ali a fazer, tudo calçetado à volta, o centro da aldeia as ruas paralelas, perpendiculares, currais, tudo, e fica aquele pedaço de rua. Nós podemos restaurar aquelas casas e ir morar para lá, e ainda como disse ainda há moradores, com todas as estruturas, com água, com luz com tudo. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Jorge Fernandes. Disse: “A minha questão ia noutro sentido mas, aproveitando esta intervenção da professora Merênciã eu venho reforçar. Que não se queira fazer o calçetamento à frente da casa da minha mãe pois muito bem, a casa que está a ser demolida que por sinal foi há dois dias que as máquinas foram para lá para a demolir. Em frente à casa da minha mãe, ela é moradora, bem sei que naquele pedaço de rua poderá haver estragos nas calçadas existentes e tudo o mais. Mas tal como disse a deputada Merênciã, na parte anterior da rua por ali já mais será retirado qualquer entulho. É importante que se diga que na casa vizinha há uma moradora que é emigrante passa ali todas as suas férias do mês de agosto, é importante que se diga que há duas casas ainda de residentes a pagar IMI, é importante que se diga, de residentes, há três ou mais a pagar IMI, é importante que se diga que tal como disse a D. Merênciã, por respeito a quem foi presidente de junta de freguesia de Angueira durante muito tempo, tendo colocado de

forma voluntária o seu trabalho ao serviço da população. Nessa altura os presidentes de junta não ganhavam nada, e por respeito pelo menos pelos herdeiros desse homem que trabalhou em prol da freguesia a título gracioso e voluntário noutros tempos, essa parte deveria ser beneficiada. Não fica nada bem a quem gere os destinos da câmara e da junta de freguesia terem tomado essa atitude. Que não queiram fazer à frente da porta dos meus pais, não o façam não há problema nenhum, eu comentava com a minha mãe há uns tempos e ela dizia deixa lá para mim ainda está melhor assim. Agora o outro troço têm a obrigação de o fazer, porque segundo o que sabemos foi com o dinheiro da escola primária, que eu lá estudei e outros estudaram e que temos sentimento por esse edifício, e decidiram vender a escola contra à vontade se calhar de alguns que não foram chamados à discussão, mas façam-no em prol de toda a população. Quero colocar aqui uma questão relativamente ao encontro do tio João, que decorreu este fim-de-semana em Vimioso. Quero perguntar ao senhor Presidente da Câmara quanto é que a câmara investiu nesse evento. Assim como também vou perguntar e pergunto, vai haver a festa da alegria este fim-de-semana, o senhor Presidente aparece lá nos cartazes muito bem, quero perguntar qual vai ser o investimento também para a realização desse evento. Relativamente à documentação que nos foi enviada aparece ali no mapa contabilístico transferência de noventa e tal mil euros de subsídios, mais uma vez como já disse em Assembleias anteriores, gostaria que acompanhado esse mapa nos aparecesse a listagem dessas entidades às quais e respectivos montantes foram feitas essas transferências. -----

----- Usou da palavra o senhor representante da Junta da União das Freguesias de Caçarelhos e Angueira Manuel João Fernandes Preto. Disse: “Queria responder ao senhor deputado Jorge Fernandes e à senhora deputada Merênci Rodrigues. Em primeiro lugar, gostava de convidar os dois a visitarem a minha rua, que é das piores que há na aldeia e estamos lá seis moradores e também pagamos todos IMI. Em segundo lugar, não é discriminar ninguém não calcetar o bocado da rua até à casa da mãe do Jorge. Como sabem, a casa da D. Laura está a ser demolida e vai ser alguma coisa ali reconstruída, e nessa altura a rua irá ser rebaixada, possivelmente um bocado rebaixada, não vamos andar agora com a rua para daqui a algum tempo voltar a andar com a rua. Não sei se já viram que a rua principal do cachão para a casa da mãe do Jor-

ge, já parece outra. Convido-os a visitar, está diferente se ainda não esteve lá nestes dois dias já parece outra. Quanto a calçetar currais nessa rua que vocês estão a reclamar tanto, também há currais e nós calçetamos as outras ruas, calçetamos tudo que era público e não deixamos nada por calçetar. Já fizemos assim há três anos quando calçetamos as ruas de Saiago, e pena minha, não poder calçetar todas as ruas de Angueira este ano, mas vocês sabem que a verba não chega para tudo, e lá virão outros dias em que as que ficaram serão reconstruídas. Mas também gostava de deixar aqui uma coisa: a deputada Mênencia reclama tantos paralelos, a vossa rua ainda tem alcatrão, não sei porque querem paralelos, se está a reclamar que já há tantos paralelos em Angueira, então não sei porque quer aquela rua em paralelos, ainda tem alcatrão ainda está boa. Repito gostava que fossem ver a minha rua, somos lá sete moradores permanentes. A minha rua foi arranjada quando a do seu pai no mesmo ano, e está mais degradada que está a do seu pai. Mas não vamos por aí. Quanto eu gostaria de arranjar todas as ruas da aldeia, optamos por pôr os paralelos na direção da que vem do Santo Cristo até ao curral do tio Canhotico, ligar aquela, a partir dali a sua rua será reconstruída será calçetada, mas não temos dinheiro para tudo, vamos ter que esperar. Não venham com essa conversa, porque não é discriminar ninguém, não é beneficiar ninguém, porque as ruas que calçetamos fizemos tudo, não olhamos a quem mora nelas, não olhamos à cor política nem ao estatuto da pessoa, calçetamos tudo até as despesas, os currais, adegas, tem toda a razão, tudo que era público nós calçetamos.-----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Freire. Disse: “Há um assunto que se reporta à Assembleia do vinte e cinco de abril e não quero deixar de manifestar a minha insatisfação como já o tenho feito nos anos anteriores. Em primeiro, começo pela forma de como a convocatória nos foi enviada. Recebi o registo dos correios dois dias antes do vinte e cinco de abril. O Vinte e Cinco de abril é uma data que todos nós conhecemos, não caiu a câmara para esta sessão extraordinária, nem fomos invadidos por Alcanices nem houve nada de anormal aqui no nosso concelho, penso que a forma como fomos convocados não é digna do dia Vinte e Cinco de Abril. Vou citar aqui as palavras que proferiu o nosso Presidente da Assembleia da qual eu revejo e acrescento mais ainda, “estar ao serviço da liberdade e da democracia é sem dúvida o exercício

mais nobre que há na política, saibamos fazer política com elevação e com sentido de nobreza”, e eu acrescento, com lealdade. Penso que esta convocatória, como nós já fizemos aqui vários anos, quando vamos comemorar o Vinte e Cinco de Abril, devemos empenharmo-nos para comemorar essa data. Não sei a que propósito esta Assembleia desistiu, possivelmente alguma coisa política se passou aí por trás, não sei, nem quero saber. Sei que eu como deputado eleito por pessoas que também fazem parte deste concelho, não fiquei contente da maneira como fui convocado para Assembleia extraordinária do Vinte e Cinco de Abril, dois dias antes, a sessão foi numa terça e recebi na sexta-feira a carta dos correios, e segunda-feira fui levantá-la, penso que, com as outras pessoas aconteceu o mesmo, não foi só a mim. Portanto, é isto que eu digo que não abona em favor do dia que devemos comemorar. Muitos de nós estamos aqui porque alguém se lembrou de fazer o Vinte e Cinco de Abril, se não estavam cá outros que herdavam de uns para os outros o poder, e não queremos que venha outra vez esse tempo. O poder é do povo, o povo é quem decide, tem decidido e muito bem, e quem está cá está, está à frente do concelho porque o povo quer, e assim tem que continuar. Agora, a oposição também vive aqui e também merece respeito. Também quero dar os parabéns ao Jorge Fernandes pelo discurso do Vinte e Cinco de Abril, e pelo deputado Serafim João também, foi um discurso correto, um discurso adequado para o dia, não posso dizer o mesmo do discurso do nosso Presidente da Assembleia, foi um discurso político, um discurso que vai ter muito tempo para o fazer daqui até às eleições autárquicas. Vou só citar aqui um parágrafo”, é incompreensível a falta de apoio do governo para a instalação e funcionamento de uma creche fator de fixação de jovens no concelho e criação de igualdade e oportunidade das nossas crianças”. Eu só acrescento, não teremos nós câmara municipal alguma responsabilidade nisto? Porque quando o país virou as costas ao antigo primeiro-ministro, àquele que anda há ano e meio a chamar o diabo para Portugal, ainda bem que nem pelo diabo é ouvido, onde é que ele veio a refugiar-se para falar ao país? Alguém esteve contra? Alguém se insurgiu? Fecharam muitos serviços e no nosso concelho também, portanto é isto que a mim me revolta. Não estarmos unidos na defesa do nosso concelho, sempre atrás do oportunismo político, e não estou só acusar o governo neste caso, porque nós fazemos igual, quando nos toca a nós fazemos igual, é isto que temos de reflectir

se queremos que o nosso concelho vá para a frente devemos estar unidos, porque custa muito dizer isto, mas tenho que o dizer porque a maior parte das pessoas que estamos aqui não temos conhecimento do concelho. Não estamos cá, é uma verdade, não estamos cá porque se calhar não querem, não estamos cá porque não temos oportunidades. Estamos perto do fim, o concelho acaba se não fizermos nada, e para o fazer temos que estar unidos no poder, tem que ser unidos a oposição, tem que ser unidos os visitantes, tem que ser unidos quem nos visita. Portanto é este alerta que deixo aqui, e penso que eu não estarei cá no próximo Vinte e Cinco de Abril, estarei como munícipe, fazia muito gosto que assim fosse, que o Vinte e Cinco de Abril começasse a ser preparado agora, porque eu sei e não há aqui ninguém que não saiba que o Vinte e Cinco de Abril é daqui a não sei quantos dias, não é amanhã nem depois de amanhã”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia. Disse: “Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, queria dizer ao senhor deputado José Freire, de facto nós estamos ao serviço do povo, estamos ao serviço da comunidade, e devemos estar sempre atentos para poder representar a nossa comunidade. Mas também digo foi festejado o Vinte e Cinco de Abril e como se costuma dizer, mais vale tarde do que nunca. Quanto ao meu discurso, ou o senhor está contra o meu discurso, ou está a favor do governo por não ajudar o concelho de Vimioso, no caso concreto do que falamos há pouco. Se está a favor, ótimo”.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Relativamente à intervenção da senhora deputada Merência Machado, o senhor representante da União das Freguesias de Caçarelhos e Angueira já respondeu, e dizer-lhe senhora deputada que nas últimas eleições, só em Angueira, o PSD teve mais votos que o PS, basta consultar as votações. Portanto teve mais teve, só não perdeu porque foi união de freguesias, perdeu mesmo que não fosse união de freguesias, ironicamente os factos falam por si, não corresponde à realidade. Quanto aos calcetamentos, recordo-me perfeitamente que em anteriores Assembleias quando fizemos há três anos calcetamentos, a senhora deputada reclamava calcetamentos junto a outra casa de um senhor e penso que esses foram feitos, agora está a reclamar mais e também hão-de ser feitos. O que o senhor representante da união das freguesias de Caçarelhos e Angueira o se-

nhor Manuel João F. Preto respondeu foi que hão-de ser feitas, até porque referiu o caso próprio da rua dele que é das que está em pior estado. Se formos a Angueira à rua onde vive o senhor Manuel João Fernandes Preto, é das ruas que está mais degradada, e também não está arranjada, é caso para dizer, em casa de ferreiro espeto de pau. Há-de haver tempo, seja este executivo seja outro, de arranjar as ruas. Agora também há alguma incongruência é a aldeia que tem mais paralelos por metro quadrado, os animais não vão gostar muito, mas ponham mais! Eu percebo que gostassem de ver todas as ruas arranjadas, não se consegue fazer tudo ao mesmo tempo, e pode ter a certeza que não há discriminação nenhuma. Há opções em função do estado em que estão as ruas e do que elas representam. Hão-de ser arranjadas as ruas, há muitas mais ruas no concelho que precisam de ser arranjadas e, se Deus quiser e houver oportunidade, serão arranjadas. Agora, colocar isto na questão da vingança de ostracizar e tudo mais, não me parece que seja correto. Relativamente à intervenção do senhor deputado Jorge Fernandes quanto aos calcetamentos de que falamos, quanto é que a câmara investiu no evento do tio João, eu não tenho aqui presente, mas demos um contributo financeiro depois posso lhe ver de quanto é, porque nós achamos que é uma forma de promoção do concelho, e o concelho acabou por ser promovido. Quanto à festa da alegria, já é a décima terceira festa da alegria. Percebo que este ano venham perguntar qual é o investimento, já todos perceberam porque é que pergunta qual é o investimento! A festa da alegria tem despesas com o transporte, tem a despesa com os idosos das aldeias, temos que alugar autocarros, tem a despesa com as lembranças que é dada aos idosos todos os anos, e tem a despesa com o almoço e penso que alguma animação. Depois no final da festa da alegria, poderei dar-lhe discriminadamente as despesas da festa da alegria, repito a festa da alegria vai na décima terceira edição, e espero que haja muitas mais. Relativamente à intervenção do senhor deputado José Freire, dizer que há intervenções políticas e outras não políticas, a dele foi manifestamente e iminentemente política. Ainda relativamente ao senhor deputado Jorge Fernandes, vem depois na informação escrita a questão da contabilidade, eu estou disponível mais uma vez para lhe dar especificamente cada uma das verbas que lhe farei chegar. Penso que se refere à rubrica subsídios, transferências atribuídas, bolsas, propinas, apoios da CPCJ a carenciados. Portanto, eu posso-lhe dar dis-

criminosamente tudo isso, tem a ver com transferências para as IPSS”s, tem a ver com os contratos de emprego e inserção, tem a ver com ajudas por exemplo ao conforto habitacional, etc. São esses tipos de apoio que depois, não há problema nenhum em serem discriminados todos esses apoios como solicitou. Percebam que se trata de uma informação escrita que é uma síntese da actividade realizada desde a última Assembleia até hoje. Só dizer-lhe que todos os subsídios que são atribuídos são aprovados em reunião de câmara, todos eles”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Jorge Fernandes. Disse: “Queria colocar aqui uma questão direccionada aos vereadores do Partido Socialista, só está cá o Dr. Heleno e portanto coloco-lhe esta questão ao Dr. Heleno, e depois, espero que seja autorizado a responder-me. Desconhecendo a forma como preparam a reunião de câmara, isto atendendo ao facto de que, dadas as circunstâncias da nossa candidatura, sou obrigado a ir procurar alguns números e alguns elementos para preparação da candidatura, e é por isso que sinto-me na obrigação de colocar esta questão aos senhores vereadores do Partido Socialista. Desconhecendo a forma como preparam as reuniões de câmara, gostaria de saber se as decisões que tomam relativamente às contratações de serviços e empreitadas são tomadas tendo em consideração a análise detalhada dos documentos fornecidos previamente, ou se são tomadas as decisões com base nas informações que lhe são verbais, que lhe são prestadas em plena reunião de câmara”. -----

----- Usou da palavra o senhor vereador Heleno Simões. Disse: “Nas reuniões de câmara, os documentos uns são-nos apresentados mais em pormenor portanto documento completo, principalmente quando são documentos mais simples, mais curtos, outros não, é apresentado o projeto ou a documentação é explicada pelo Senhor Presidente, e no caso concreto portanto os ajustes é explicada a obra e que vai ser posta a concurso. Nem sempre nós temos acesso, porque também não o pedimos, portanto há documentação completa, não estou a dizer que o Senhor Presidente nos negou alguma vez a documentação, e portanto votamos na aprovação ou não aprovação do documento em causa baseado na explicação que nos é fornecida no momento pelo Senhor Presidente. De uma maneira geral, é assim que funciona: o Senhor Presidente tem o cuidado nalgumas vezes, outras vezes é questionado por nós se quando se

trata de ajustes diretos se cumprem ou não os limites legais, ele tem esse cuidado de nos dizer e legalmente ele tem-nos dito que cumpre, porque se não cumprisse também não era aprovado. Normalmente, não temos acesso ao documento completo à candidatura, nem depois temos acesso portanto aos pormenores do caderno de encargos e disso tudo, também me parece que são questões mais técnicas do que outra coisa. É assim que se passa o senhor Presidente apresenta-nos o projeto em discussão, nós acreditamos plenamente na explicação que dá, não temos motivos para duvidar, e é nessa base que depois nós aprovamos ou não aprovamos”.

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Dizer-lhes que o Presidente da Câmara tem competência para adjudicar as empreitadas até cento e cinquenta mil euros, em prestação de serviços até setenta e cinco mil euros sem ter que levar o assunto à reunião de câmara, e vão todos, deve ser a única câmara em que vão todos os concursos à reunião de câmara, todos e não é necessário irem. O Presidente da Câmara tem competência legal para o fazer, eu faço questão de que tudo vá à reunião de câmara, e assim tem sido. Os documentos da reunião de câmara são elaborados pelos técnicos da câmara municipal, e é colocado na ata que é aprovada e assinada por todos os membros da câmara municipal que estão na reunião. A aprovação do caderno de encargos, aprovação do projeto, os convites e o valor, está tudo nas reuniões de câmara. E mais, esses documentos ficam em cima da mesa da reunião de câmara para quem os quiser consultar, todos, e às vezes eu próprio quando se trata de projetos de outra envergadura, ou que demonstrem um interesse diferente eu faço questão de explicar até a parte da arquitectura, o senhor vereador é testemunha disso. Portanto, maior transparência não há. Tudo vai à reunião de câmara inclusivamente concursos que não é necessário irem a reunião de câmara. Mais de noventa e cinco por cento dos concursos são colocados na plataforma electrónica de contratação pública, podem consultá-los. Aliás, a câmara municipal de Vimioso foi premiada por uma análise da Universidade do Minho pela informação que disponibiliza no seu site, está lá, portanto se alguma dúvida há, eu percebo que é o momento de levantar todas as dúvidas, eu aceito tudo isso. Agora estou perfeitamente tranquilo relativamente a essas questões, porque tudo é discutido em sede de reunião de câmara. Já agora o senhor vereador sabe que o secretário da reunião de câmara o senhor

António Coelho quantas vezes diz assim: “isto nem precisava de vir à reunião de câmara porque é competência do Senhor Presidente”. É verdade, mas eu faço questão de que vá à reunião de câmara”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Freire. Disse: “Passei aqui quatro anos sempre na defesa do meu concelho seja contra este Governo, seja contra o Governo do PSD, do CDS ou do Bloco de Esquerda, mas em primeiro lugar e já o disse aqui várias vezes, a minha política, foi para isso que fui eleito, é a defesa do meu concelho, no qual vivo, fui criado e sempre vivi e quero continuar a ter algumas oportunidades para continuar a viver e por cá morrer, se assim o conseguir, a luta da minha vida é essa. Estarei com certeza ao lado da câmara e de todos aqueles que estiverem contra este Governo ou contra os anteriores, o que já nem toda a gente o pode dizer. Quero deixar aqui uma pergunta também ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal é sócia da Associação Nacional das Assembleias Municipais? Já houve algum pedido ou alguma diligência nesse sentido?-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Disse: “Relativamente ao que questionou agora, ainda não somos sócios da Associação Nacional das Assembleias Municipais. Já recebi uns emails mas ainda não tratei disso, vou tratar. Quanto aos Governos que me antecederam quando estive na câmara, eu contestei sempre determinadas situações e continuo a contestar aquilo que todos os governos têm dito até hoje pelas discriminações positivas a nível do nosso concelho e a nível da nossa região. Continuam a não ser dadas, continuamos de facto a não ser achados para aquilo que precisamos, e continuamos a ser abandonados. É aquilo que eu disse no Governo anterior e nos vários Governos que estiveram quando estive na câmara, e vou continuar. Qualquer coisa que não seja para bem do nosso concelho eu tomo a minha posição. Mas às vezes estas situações é no dia-a-dia que nós defendemos o nosso concelho, é no dia-a-dia que nós nos preocupamos por criar postos de trabalho, quer na nossa região quer no nosso concelho. Ao longo da minha vida direta ou indirectamente criei centenas de postos de trabalho, e quero continuar a fazê-lo, quer no meu concelho quer no meu distrito, e portanto é aí que efetivamente no dia-a-dia nós defendemos o nosso concelho”. -----

----- **Ponto Dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da**

Câmara relativa à actividade municipal. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Manuel Granado. Disse: “Na informação escrita, reparei numa obra, que é execução da empreitada do Centro de Convívio Intergeracional reabilitação da escola primária de Algosó. Ora esta obra é bom que se faça mas, é preciso explicar porque se faz esta obra. Membros da assembleia de freguesia disseram-me, nós não temos conhecimento de nada, é feita porquê? E para quê? O que é que ali se pretende fazer? Mas porquê nesta hora? Neste momento? Quando já há tanto tempo se falou aqui que podia ter sido cedida a associações, não, vem agora a obra surgir precisamente nesta altura. As pessoas deviam ter sido informadas porque é que esta obra estava a ser feita e para quê”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Anda muita gente incomodada com obras, incomodam as obras, é que os calcetamentos para a capela do S. João foi noutra timing, o muro para o castelo foi noutra timing. Senhor deputado quando o senhor Luís Manuel Tomé Fernandes se apresentou nas anteriores eleições, no programa eleitoral dele e eu validei-o obviamente que era candidato à câmara, tem lá dar uma nova funcionalidade à escola primária. Estamos a cumprir com o nosso programa, e é assim que deve ser em política. O que se pretende é colocar ali um jardim infantil diferente que sabe muito bem que aquele não está em condições, um equipamento também geriátrico, e dar uma nova funcionalidade à escola, com casas de banho, que como sabe em dias festivos é uma dificuldade na nossa aldeia, e dar-lhe uma nova utilidade à escola, exatamente através de um centro de convívio intergeracional, tem este nome na eventualidade de ainda poder vir a ser candidatado. E portanto, Roma e Pavia não de fizeram num dia, é necessário esperar pelas oportunidades. Agora houve outras obras quer em Algosó, quer por todo o concelho que não obedeceram ao timing deste ano, obedeceram a outros e muitas obras que estão a ser feitas no concelho designadamente financiadas. Eu não tenho culpa que a CCDR aprove as candidaturas que estão lá há muito tempo nos tempos que as aprova. Muitas das obras que estão a ser feitas e têm financiamento depois de nós termos assinado o termo de aceitação da candidatura. Temos seis meses para apresentar despesa se não a candidatura cai. Olhe está lá a candidatura para a câmara municipal, ainda não veio, está lá a candidatura para a eficiência energética, substituição de iluminação pública

ainda não veio, mas se as candidaturas vierem, no entretanto, nós vamos ter que lançar o concurso, porque depois temos um prazo de lei para apresentar despesas. Esta obra que está aqui a ser feita ao lado da igreja é financiada a setenta e cinco por cento, tem prazos para nós apresentarmos períodos de pagamento. Já lhe expliquei que conseguimos noventa mil euros no acelerador de investimento, porque conseguimos realizar obra, e olhe que das nove câmaras da nossa CIM só três é que conseguiram ir beneficiar do acelerador de investimento, uma foi a nossa, as outras duas porque tinham assinado o contrato da ARU quatro ou cinco meses antes de nós, e nós, mesmo depois de termos assinado, depois tirando aquelas que têm menos dinheiro conseguimos, mesmo assim, ir beneficiar do financiamento do acelerador de investimento”. -----

----- Ponto Dois Ponto Dois) – Apreciação e votação da Modificação número:10 Revisão ao Orçamento da Despesa número 3 do ano contabilístico de 2017. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Como os senhores deputados bem podem verificar, é introduzida uma nova rubrica. Verificou-se esse lapso quando se ia proceder ao pagamento das senhas de presença dos senhores deputados e foi necessário criar nessa orgânica da administração autárquica a rubrica senhas de presença. Ela tem que ter uma rubrica própria e foi dotada com seis mil euros. Sai dos outros seis mil na rubrica outros, de doze passa para seis e é criada a rubrica senha de presença com seis mil euros, para depois proceder aos pagamentos das senhas de presença. -----

----- Não tendo havido mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto dois ponto dois à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto Dois Ponto Três) – Apreciação e votação da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício do ano de 2016. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Trata-se de documentação técnica, como sabem nós temos que apurar sempre a relação entre o ativo e o passivo e, felizmente que a câmara municipal de Vimioso apesar de muitas obras, tem um saldo positivo de oitocentos e oitenta e dois mil quinhentos e treze euros e oitenta cêntimos. E, portanto, o que foi deliberado em reunião de câmara foi cumprir a legalidade no sentido de transferir para as reservas legais os cinco por cento, de transferir a transferência obrigatória para

reforço da conta cinquenta e um, e o remanescente foi deliberado permanecer na conta cinquenta e nove, resultados transitados. -----

----- Não tendo havido intervenções o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto dois ponto três à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Quatro) – Apreciação e votação do Projeto de Regulamento do Arquivo Municipal de Vimioso.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Este era um dos assuntos que já devia estar resolvido há mais tempo, mas eu reconheço que houve aqui uma falha nossa, porque ele foi aprovado em reunião de câmara relativamente cedo e depois, por lapso nosso, não foi logo para discussão pública e submetido à Assembleia. Entretanto, decorreu o prazo da discussão pública, nós temos o nosso arquivo municipal que está a funcionar e vai crescendo com o seu funcionamento com a sua orgânica, mas obviamente que se torna necessário termos um regulamento para o arquivo municipal é disso mesmo que se trata e que é, agora, submetido à apreciação e votação desta Assembleia Municipal”. -----

----- Não tendo havido intervenções pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto dois ponto quatro à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Cinco) – Apreciação e votação do pedido de certidão da declaração do Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização da actividade pecuária – António Rodrigues de Sá Morais.** --

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “A exemplo de outros pedidos que já vieram a esta Assembleia e uma vez que foi prorrogado o prazo pelo Governo para continuar com a legalização de instalações deste tipo que não cumpram as regras o PDM. Este é um caso concreto, está em rede natura, está em reserva agrícola, portanto a câmara municipal tem de declarar o interesse público para que depois o interessado possa proceder à regularização desta actividade pecuária desta instalação. Eu recordo que o processo não termina aqui. Depois, os proprietários têm que tratar de todo o processo na Direção Regional de Agricultura. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Manuel Granado. Disse: “Vejo

com satisfação a apresentação deste documento e explico porquê. Felizmente temos uma pessoa que não é do concelho, embora com muitas raízes ao concelho, a querer investir no concelho. Conheço pessoalmente o Toninho Sá Moraes, eu sei nasceu em Santulhão mas neste momento não está radicado, era o que eu queria dizer. Dou-lhe os parabéns a ele querer investir no concelho. Quero recapitular, parabéns ao Toninho Sá Moraes, que embora vivendo noutra concelho, veio investir no concelho de Vimioso. Agora há aqui uma coisa no fim do documento que diz: anexa-se cópia da planta de ordenamento e de condicionantes onde se identifica o local, não vejo aqui nenhum anexo”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Esta é a informação técnica que, desta vez, até vem mais elaborada do que vieram outras. Foi aprovada em reunião de câmara. A questão que se coloca aqui é se quer declarar ou não, agora se as pessoas quiserem ver, como lhes digo, os processos existem, qualquer processo na câmara, qualquer pessoa que o queira consultar pode-o consultar, muito mais um membro da Assembleia Municipal. Trata-se apenas de uma informação técnica e vem aí claramente o que é. Volto a referir “violado” em termos de regulamento ou do PDM. Se não tiver nenhuma irregularidade destas não precisa da declaração de interesse público, ele legaliza-o dentro do que é normal. Aliás, se se lembram da primeira vez até só vinham os nomes, nem sequer vinha o processo”. -----

----- Não tendo havido mais intervenções ou pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto dois ponto cinco à votação tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto dois ponto seis) – Outros assuntos de interesse para o município.** -----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Freire. Disse: “Neste ponto aqui, queria deixar umas perguntas e apelar ao Senhor Presidente da Câmara que tente contrariar esta nova forma de “escravatura” moderna que é a que nós vemos aí diariamente aqui e por esse país abaixo. Vemos aí trabalhadores que fazem um excelente trabalho, notamos, é só descermos aqui cinquenta metros abaixo e vemos o trabalho que está sendo feito por essa gente. Viu-se que o empreiteiro fez a obra levou dinheiro, e tiveram que vir os escravos a fazer o serviço, porque agora está aprazível e pode-se ver. Quando falo de “escravos”,

falo destes programas modernos que são estes CEI, CEI +, estes recibos verdes, e esta confusão toda de contratações laborais, que é uma vergonha no século vinte e um assistirmos a isto. Um CEI recebe vinte por cento do IAS são oitenta e poucos euros mais subsídio de alimentação, mais subsídio de transporte, um CEI+ recebe um IAS de quatrocentos e treze, salvo erro. Mas eles fazem falta e fazem serviço aqui na câmara, e a câmara ao contratar esta gente também está a perder a sua autonomia porque precisa de os contratar como trabalhadores, como são os outros para desempenhar o seu papel, que qualquer desempregado ou qualquer pessoa nessa condição ambiciona. É ter um serviço digno para poder trabalhar e desempenhar o seu papel. Eu não acuso só a câmara de Vimioso, porque isto é uma praga, são milhares e milhares de trabalhadores por esse país abaixo, e quem dá o pior exemplo é o Estado e são as câmaras municipais. Por algumas incongruências da própria lei que dificulta a contratação de pessoal, arranjam esta forma encapotada de “escravatura”, de meter aqui as pessoas a trabalhar aqui na câmara municipal, nas juntas de freguesia, em todos os ministérios, que é uma praga que nós temos de combater. E cabe à câmara municipal, principalmente à nossa e às outras como a nossa, são das câmaras mais despovoadas do país, assegurar que essa gente crie condições de trabalho para aqui poder viver, e poder ter uma vida digna. Gostava de perguntar quantos trabalhadores tem a câmara nessa situação? Quantos CEI, quantos CEI+, quantos contratos a prazo, quantos estágios. Eles estão doze meses a trabalhar e no final dos doze meses? As funções que estes homens e mulheres executaram deixaram de ser necessárias? O que aprenderam durante a execução da função, as relações que estabeleceram com as colegas, com a população serviu para quê? É aproveitada como? Mas não há problema ao fim de doze meses vão embora, vêm outros a repor esses mesmos lugares, e é isto que nós temos de combater. Penso e deixo aqui um repto à câmara municipal de Vimioso, tentem combater isto, contrariamente aquilo que alguns dizem, é necessária muita mais gente na câmara de Vimioso. Os meus colegas, vê-se o trabalho que fazem e não podem fazer tudo, e as coisas ficam por fazer. Portanto, tenham a coragem, abram concursos, metam essas pessoas a trabalhar e estes que estão nesses contratos criem condições para que eles fiquem cá, porque depois assistimos ao que acontece agora. Temos máquinas não temos operadores, temos que recorrer depois aos priva-

dos, será mais vantajoso? Não sei, eu penso que não é. A câmara de Vimioso está bem apetrechada de máquinas, tem bons trabalhadores mas precisa de mais, e não deve recorrer a esta forma de “escravatura” que é vergonhosa no século vinte e um, deve recorrer a trabalho com direitos, a trabalhadores satisfeitos para melhor poderem desempenhar o seu papel e melhor poderem servir a população que é o papel deles”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Jorge Fernandes. Disse: “Este assunto já foi debatido há bocadinho mas, para não ser nessa altura bastante maçador, optei por deixar esta intervenção para este ponto da ordem do dia. Vou fazer mais duas intervenções esta e outra, uma delas quero fazê-la no final se houver intervenções da ordem do público, não havendo faço-a no período após a ordem do dia. Esta faço-a já porque tem a ver com outros interesses para o município. Então é o seguinte:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Após uma análise detalhada, de alguns contratos de empreitadas de obras públicas realizadas pela Câmara Municipal de Vimioso, durante o presente mandato autárquico, constata-se que é prática corrente e predominante a adjudicação pela via da contratação por ajuste direto.

Segundo a legislação referente a este tipo de procedimentos, a dispensa dos concursos públicos é exceção na lei, só podendo recorrer-se aos ajustes diretos, portanto, optando-se pela dispensa dos concursos, em casos marginais e excepcionais, (situações de desastres públicos, falta de concorrentes ou ausência de propostas, ou situações fundamentadas de emergência ou por razão de um muito relevante interesse público).

Não podem ser convidadas a apresentar propostas empresas com as quais a mesma entidade adjudicante já tenha celebrado, nesse ano económico e nos dois anos económicos anteriores, contratos cujo objecto seja idêntico ou abranja prestações do mesmo tipo, e cujo preço contratual acumulado seja igual ou superior aos limites do ajuste direto que está definido em 150.000.00 € para empreitadas de obras públicas.

Tal limite assim definido por lei terá como objectivo fundamental proporcionar igualdades de oportunidades e livre concorrência de mercado entre todos os agentes económicos.

Neste contexto e perante a análise de alguns contratos, e a título de exemplo, temos o seguinte:

- Contrato nº 02/2014, de 30 do mês de Janeiro de 2014, montante adjudicado de 16.806,43 €;

- Contrato nº 07/2014 de 29 do mês de Abril de 2014, montante adjudicado de 25.295,40 €;

- Contrato nº 19/2014 de 29 do mês de Outubro de 2014, montante adjudicado de 127.402,87 €;

- Contrato nº 17/2015 de 06 do mês de Outubro de 2015, montante adjudicado de 54.700,00 €;

- Contrato nº 09/2016 de 12 do mês de Julho de 2016, montante adjudicado de 144.200,00 €;

- Contrato nº 09/2017 do mês de Maio de 2017, montante adjudicado de 145.000,00 €;

- Contrato nº 10/2017 de 04 do mês de Maio de 2017, montante adjudicado de 59.701,08 €;

Ano de 2014, montante total adjudicado de 169.503,70 €;

Ano de 2015, montante total adjudicado de 54.700,00 €;

Ano de 2016, montante total adjudicado de 144.200,00 €;

Ano de 2017, montante total adjudicado de 204.701,08 €; O que totaliza um montante de 573.104,78 €.

Se somarmos o montante referente ao contrato nº 09/2016, ao montante referente ao contrato nº 09/2017, corresponde ao montante de 289.200,00€, pelo que a empreitada correspondente ao contrato nº 10/2017 no montante de 59.701,08 €, segundo os limites que estão estabelecidos na lei, não poderia, em nosso entender, ter sido adjudicado à firma em questão.

Ora perante análise efectuada ao detalhe aos contratos em causa constatamos que efetivamente se tratou de contratos que envolvem duas entidades coletivas diferentes, mas na realidade ao longo dos quatro anos sucessivos de mandato, foram sempre assinados pelos mesmos outorgantes, pelo Sr. Presidente da Câmara em representação do município de Vimioso e pelo sócio gerente das distintas empresas, representante legal das duas firmas diferentes envolvidas nos contratos enumerados.

Perante esta análise aos procedimentos de gestão autárquica em causa, e na qualidade de membros da assembleia municipal, órgão autárquico que deve e deverá estar sempre atento à acção do executivo municipal, temos a legitimidade para questionar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e o Sr, Presidente da Câmara Municipal, no sentido desta assembleia ser informada se esta norma ou procedimento, tal como tem sido praticada nos últimos anos não poderá colocar em causa os princípios da igualdade de tratamento, oportunidade da livre concorrência do mercado, favorecendo uns em detrimento de outros? Deixamos aqui a questão?

Em função dos esclarecimentos prestados, o grupo parlamentar do PS reserva-se no direito de denunciar publicamente junta das instituições competentes esta e outras situações das quais temos conhecimento” . -----

----- Para responder foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Relativamente à intervenção do senhor deputado Jorge Fernandes, eu registo a preocupação e o tempo que agora já tem para ler as atas da reunião de câmara, até aqui não tinha. Agora dizer-lhe que estou perfeitamente tranquilo porque os serviços da câmara municipal, nesse caso a contratação com as diferentes empresas bloqueia imediatamente se essas empresas não estiverem em condições de serem convidadas. E portanto, estou perfeitamente tranquilo. Faça as intervenções que entender, é legítimo de as fazer, faça as denúncias que entender, só espero que a “cera não se vire contra o santo” . -----

----- **Ponto Três) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Jorge Fernandes. Disse: “ Atendendo a que vêm aí as próximas eleições autárquicas, em meu entender a política deve ser feita com lealdade, respeito pelos adversários e com verticalidade, as

atitudes e afirmações ficarão sempre para quem as profere e para quem as lançar. Eu serei o primeiro a pedir a todos os elementos que fizerem parte das minhas listas às freguesias, à câmara municipal, à assembleia municipal para respeitarem os adversários, respeitarem a vida familiar seja qual for o adversário, e respeitarem a vida profissional seja qual for o adversário. Irei fazer esse pedido a todos os meus candidatos, e espero que pela outra parte também haja esse respeito. Quero fazer aqui uma pequena referência relativamente às eleições de dois mil e treze, no meu caso em concreto e no que toca à minha pessoa, houve alguns exageros, e depois claro, partimos para o palco se calhar com a cabeça não no devido sentido e cometem-se alguns exageros relativamente a algumas afirmações. Há exageros. Nas eleições de dois mil e treze houve exageros, e há sempre exageros quando se mexe com a vida familiar, com a vida profissional, de qualquer candidato seja ele quem for. Daí que eu serei o primeiro a pedir aos meus candidatos, à máquina que anda por trás dos candidatos, que a máquina existe, e a vossa está devidamente bem montada, para que respeitem os adversários”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia. Disse: “De facto é nosso dever ter respeito uns pelos outros, e devemos continuar a ter, e é assim que deve ser, é aquilo que eu posso dizer”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Se há coisa que eu aprendi na política, registo e espero que depois não sejam só palavras, que seja a prática, que não foi nas últimas eleições, como bem aqui reconheceu que ia para o palco de cabeça quente, mas quem é responsável tem que ter a capacidade de dar o exemplo. Nunca me viu a mim, a mim pessoalmente fazer qualquer ataque pessoal a quem quer que fosse, e por isso sinto-me orgulhoso de me dar bem com toda a gente, mesmo sendo adversários políticos. Não vejo nisso problema absolutamente nenhum, pelo contrário. A divergência, a diferença de opinião é sempre de salutar, já ganhei, já perdi, poderei voltar a ganhar, poderei perder, agora serei sempre a mesma pessoa e serei sempre o mesmo profissional. Sempre fiz questão de ser irrepreensível nesse ponto, nem sequer tenho educação que me permita o contrário e, portanto, nunca da minha parte o farei. Obviamente, quando reúno com os elementos que integram as listas do Partido Social Democrata, é sempre nesse sentido. Que numa campanha possa haver excessos, vai haver certamente, agora cada um será res-

ponsável pelos seus atos quando são tomados individualmente. É assim que acontece. Infelizmente, quando acontecem, não deveriam acontecer e devemos ser os primeiros a denunciá-los e a dizer que não deveriam ter acontecido. Da minha parte, senhor deputado, sabe perfeitamente que, em termos de combate político conta com toda a lealdade. Aceitarei todas as críticas políticas, todas, são legítimas, são bem-vindas, podem não ser verdadeiras obviamente, por isso é que temos posições diferentes. Mas da minha parte e da candidatura que eu encabeçarei à câmara municipal, e a todos os órgãos das assembleias de freguesia e da assembleia municipal, haverá sempre essa conduta, porque já lá vai o tempo em que os funcionários da câmara municipal não podiam integrar listas do PSD a órgãos autárquicos”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Freire. Disse: “Quero deixar aqui claro a todos os deputados do poder ao Senhor Presidente da Assembleia, ao Senhor Presidente da Câmara, aos senhores vereadores, a todos os deputados da bancada da qual eu fiz parte, que foi sempre com empenho e lealdade que estive aqui e que falei com todos. E é dessa maneira que quero sair. Possivelmente será a última vez que estarei aqui pelo menos nos tempos mais próximos, e quero deixar esse apreço. Não posso deixar de referir, também, o que disse aqui o Senhor Presidente da Câmara. Fiz parte e sou funcionário já alguns anos desta câmara e nunca senti que nenhum colega meu pudesse ou não, e nunca vi essa pressão, estava muito ligado à câmara e passavam coisas ao meu lado, e também não sou assim tão estúpido para não as ver. Que houvesse pressão fosse para quem fosse, que não quisesse fazer parte de outras listas que não tivesse feito, assim como houve vários que fizeram, portanto não posso aceitar isso, não corresponde à verdade, e em democracia aquilo que se sente é para se dizer sempre com respeito, é a opinião do Senhor Presidente da Câmara, mas com toda a certeza não é a opinião de todas as pessoas. Quero deixar aqui bem claro que as pessoas, nessa altura que estiveram à frente da câmara, não estão presentes, mas que a postura delas como pessoas e como políticos não era essa. Foi sempre uma atitude democrática que tiveram para com os funcionários, para mim que era apoiante do Partido Socialista e para os outros que eram apoiantes de outros partidos. Quero que isto fique aqui bem registado, porque não posso admitir principalmente quando sou amigo das pessoas, que se fale assim quando não se podem de-

fender. Desejo do fundo do coração, a todos, aos que vão continuar e aqueles que não vão continuar, que tenham a capacidade de se unir na defesa do nosso concelho, que bem precisamos de nos unir todos, porque as coisas não estão assim tão claras e tão bonitas como as queremos fazer pintar. Infelizmente não é só no nosso concelho é todo o interior do país e desejo a todos e, aproveitando ali as palavras do candidato do Partido Socialista Jorge Fernandes, aproveitando as palavras do candidato Jorge Fidalgo do qual ainda é da minha família e o respeito muito, e sempre foi leal também no combate político, mas que todos no fim das eleições possamos trabalhar todos juntos para que o nosso concelho vá em frente” .-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Eu só disse que antes funcionários da câmara não integravam listas do PSD, não disse que eram pressionados, só disse que não integravam. Em dois mil e um não me lembro que algum tivesse integrado” .-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção António Santos. Disse: “Embora não fosse esse o meu desejo, porque se calhar vou falar ao sentimento e geralmente o sentimento não faz parte da vida política. Meus amigos estarei a ficar velho porque já vivo muito de recordações. Em Vimioso, já passei um pouco por tudo, já fiz parte da oposição, já fiz parte do poder, já fui agredido, penso que nunca agredi, e foram esses momentos de agressão e não agressão que me fizeram crescer politicamente. Porque, hoje, olhando um pouco para trás, compreendo estas atitudes de mil novecentos e setenta e cinco, mil novecentos e setenta e seis numa altura em que Sua Ex^a. o Presidente da Assembleia da República visitou Vimioso e eu, escondido debaixo de um carro para não ser agredido “dizia então um senhor referindo-se a mim” afinal estamos num infinito borbulho. Espero bem que essas palavras não sejam mais repetidas e a campanha decorra com elevação, com amizade que se cultive a amizade como foi exemplo durante os quatro anos, os oito, os dezasseis, os vinte, e os vinte e quatro, que já vivemos juntos em democracia. E que se recorde um grande documento universal que é a declaração universal dos direitos do homem que diz o seguinte: a vida humana é de todo inviolável, quer isto dizer em qualquer uma das suas componentes. Meus caros, como todos já parecem ter concordado, a vida pessoal é a vida pessoal, a vida íntima é a vida íntima, e como é a vida que seja também ela inviolável e se cultive a

amizade em campanha como se cultivou fora dela. Faço minhas as palavras do Senhor Presidente da Câmara e do Jorge Fernandes”. -----

----- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal

O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal

O Segundo Secretário da Assembleia Municipal
